

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM SÍNDROME
DE CORNÉLIA DE LANGE NO ENSINO REGULAR**

**Autoras: Cedna Maria Silva Lellis
Juliana Christina de Souza Reis
Michelly Silva Alvarenga
Maria Ângela de Ávila**

INTRODUÇÃO

A escola é um ambiente de transformação individual e coletiva onde se aprende muitas coisas, entre elas, iniciativas ligadas à inclusão de alunos com necessidades especiais. Desse modo, a motivação para a leitura do mundo surge no âmbito, pois é nesse recinto que os estudantes passam pelo espaço necessário para brincar, aprender e viver novas experiências e desenvolver vivências para o seu convívio de ordem social.

Nesta linha de raciocínio, os envolvidos no espaço escolar devem estar prontos para as complexidades, singularidades e pluralidades estampadas nos veios das ações didático-pedagógicas. Assim, pensar nas nuances em torno da escola requer disposição para entender os aspectos em que os estudantes estão inseridos, sejam eles sociais, econômicos ou políticos.

Em relação aos alunos com necessidades especiais, no viés das iniciativas de inclusão, é preciso entender além do processo de ensino-aprendizagem e dos discursos fatalistas no que tange ao processo de inclusão. Em paralelo, faz-se imprescindível ainda que os professores e gestores escolares entendam que, muitas vezes, as limitações não se resumem apenas aos educandos com necessidades especiais, abrangendo, portanto, também aqueles que não têm necessidades específicas.

Em inúmeros casos, os discursos dos professores, pais e até mesmo da comunidade em geral desacreditam quanto às necessidades especiais e outras dificuldades apresentadas por muitos alunos, minimizando as causas e os efeitos no tocante aos transtornos globais, especificamente os transtornos em torno da aprendizagem. Nessa ótica, é preciso ir além, proporcionando discussões significativas em torno da educação inclusiva, abrindo espaço para as novas reflexões e ações a fim de inserir os alunos que estejam no processo de ensino e aprendizagem. Neste episódio, Cotonhoto (2013) enfatiza que uma proposta de inclusão deve abarcar a reestruturação da escola com a intenção de permitir aos estudantes o acesso a todos os tipos de oportunidade educacionais.

Neste intento, o estudo ora apresentado vai em direção ao entendimento sobre as necessidades especiais, que estão sendo estudadas na contemporaneidade, buscando compreender aspectos ligados a essas especificidades, dando alguns caminhos para que possam ajudar em estudos futuros. Para tanto, uma questão instiga a investigação: - Como

está sendo a inclusão de alunos com Síndrome de Cornélia de Lange (SCdL) nas escolas de ensino regular?

Para responder a questão, o objetivo geral pretende investigar como ocorre a inclusão de alunos com Síndrome de Cornélia de Lange no âmbito educacional? No preâmbulo dos objetivos específicos foram indicados: a) Compreender como está sendo o processo de inclusão da criança com SCdL no Ensino Regular? b) Descrever iniciativas pedagógicas no Ensino Regular com alunos com SCdL? Compreender como ocorre a relação aluno com SCdL e o professor no contexto escolar?

Para atender aos objetivos da investigação optou-se pela pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, buscando compreender a temática em torno da SCdL e da inclusão de alunos com SCdL nas escolas de ensino regular. Para além disso, no referencial teórico, buscou-se autores que discutem a Síndrome de Cornélia de Lange no que tange aos fenotípicos, aos genotípicos e à revisão da literatura sobre o tema, bem como àqueles teóricos que abordam a inclusão dos alunos com SCdL no ambiente escolar.

Após isso, abordou-se a análise de resultados seguida das considerações finais, a fim de retomar os objetivos, apontando discussões em torno da temática proposta, da relação com educação inclusiva e dos impactos que podem ser considerados na ação pedagógica junto aos alunos com Síndrome Cornélia de Lange.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

2.1 No Caminho da Pesquisa Bibliográfica

A investigação proposta vai em direção ao objetivo principal, direcionado para a abordagem da temática em torno da síndrome Cornélia de Lange, visando entender como alunos que possuem a SCdL estão sendo incluídos no ensino regular e quais são as iniciativas pedagógicas referentes à inclusão de alunos com necessidades especiais. Sendo assim, optou-se pela pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, buscando materiais que já foram publicados – tanto fisicamente quanto virtualmente – e configurados em artigos científicos, jornais, livros, monografia, dissertações e teses.

Para Martins & Pinto (2001), a pesquisa de cunho bibliográfico tem a intenção de refletir e clarear os temas primordiais da pesquisa – Síndrome Cornélia de Lange, Inclusão de alunos com necessidades especiais e Ensino regular. Para isso, a investigação foi em busca de fontes disponibilizadas em bases indexadas como Biblioteca digital de teses e dissertações, Periódicos Capes, Bibliotecas digitais do Senado e da Câmara dos Deputados, além das Fontes de Pesquisas Governamentais que abordam o assunto.

A pesquisa biográfica procura embrenhar-se nos levantamentos, nas seleções documentais da literatura existente, ou seja, o investigador caminha em direção ao material escrito sobre o assunto, tentando compreender afirmações e indagações dos autores para edificação da fundamentação dos argumentos dos textos (MARCONI E LAKATOS, 2007).

Segundo Medeiros e Tomasi (2008), nesta vertente, é primordial a revisão do que se tem para delimitar o problema a ser estudado e a busca de uma configuração atual do assunto que está sendo investigado, pois assim pode auxiliar na definição dos objetivos e nos procedimentos metodológicos da pesquisa. Nessa perspectiva, é necessário compreender o que já foi investigado em outros estudos e partindo dessa primícia, esclarecer carência em torno do assunto. Neste formato de pesquisa, depois de serem utilizados textos para compreensão do estudo, identificam-se os dados úteis através de leituras e imbricações das leituras empreendidas.

2.2 Síndrome de Cornélia de Lange

A Síndrome de Cornélia de Lange pode ser caracterizada como disformia facial, retardo de crescimento intra-uterino e pós-natal, deficiência mental e malformações dos membros superiores (LANDGRAF et al., 2010). O primeiro caso de SCdL foi identificado em 1970.

Ferrari; Drago (2013) afirmam que a síndrome tem uma ocorrência em volta de um para cada dez mil nascidos vivos. Ademais, a síndrome afeta indivíduos de ambos os sexos e de todas as etnias. O indivíduo com SCdL, possui características genéticas e físicas que os identificam. Neste caso, a SCdL é uma disfunção genética rara que leva o sujeito a diversas anomalias congênitas que podem dificultar suas condições motoras, físicas, cognitivas e sociais.

As condições típicas da Síndrome de Cornélia de Lange são identificadas pela composição genética e as suas possíveis alterações, que segundo Ferrari; Drago (2013) se descrevem no seguinte: a) em 2004 identificou um gene responsável pela Síndrome chamado NIPBL no cromossomo 5, b) no ano de 2006, foi localizado o segundo gene, batizado de SMC1A no cromossomo X, c) em 2007, foi descoberto o terceiro gene - SMC3, no cromossomo 10 e, d) em 2012, foi descoberto o outro gene, HDAC8, no cromossomo X.

O espectro SCdL tem sido identificado em anormalidade que afeta os genes reguladores da cromatina, muito mais aquele que estão referidos a coesina – um regulador essencial da maioria dos cromossomos, com destaque para o cromossomo ligado a segregação, manutenção da estabilidade do Genoma, regulação da expressão gênica e estrutura da cromatina do Genoma organização (KLINE et al., 2018).

A Síndrome de Cornélia de Lange vem ganhando destaque e notoriedade nas pesquisas de genética a partir de novos estudos sobre a percepção no aumento do número de genes que podem afetar o indivíduo, deixando para este a condição sindrômica estabelecida na mutação. Esta afirmação contribui para o próprio nome, pois está ligado à variedade “Cornélias”, que estão indicadas genotipicamente e fenotipicamente nas diferenças e nas semelhanças um dos outros (KLINE et al., 2018).

No tocante à deficiência intelectual provocada pela SCdL, esta remete ao fato que o sujeito possui déficit funcional, tanto intelectual quanto adaptativo nos aspectos conceitual, social e prático. No que diz respeito aos déficits funcionais intelectuais, destaca-se o raciocínio, solução de problemas, pensamento abstrato e aprendizagem pela experiência, o que deve ser confirmado por uma avaliação clínica como também por testes de inteligência que devem ser padronizados e feitos de forma individual (COTONHOTO, 2013). Nesse sentido, deve haver apoio continuado, pois os déficits funcionais de adaptação acabam limitando o funcionamento das atividades diárias, como comunicação, participação na sociedade e vida independente.

Em relação aos déficits intelectuais e funcionais, os níveis de gravidade variam entre leve, moderado, grave e profundo. Frente a isso, é crucial a avaliação e a compreensão tendo como parâmetro os normativos da saúde, os diagnósticos e os laudos que mostram o aspecto da deficiência do sujeito. Dessa forma, é possível dar apoio e suporte pessoal e social ao indivíduo.

Para Cotonhoto (2013), nesse contexto, a educação, diferentemente da saúde, pode colocar suas ações no âmbito social e cultural do indivíduo, dando um novo sentido à sua realidade, buscando transformá-la e dando condições didático-pedagógicas para que o aluno se sinta incluído. Nessa linha, compreender as limitações que se apresentam aos indivíduos com deficiência intelectual na perspectiva da Síndrome de Cornélia de Lange pode proporcionar às crianças melhores condições para frequentar os espaços escolares, além de uma tentativa de buscar outros caminhos que possam ser auxiliares no desenvolvimento intelectual e social destes alunos.

2.3 Educação Inclusiva frente às Necessidades Especiais

Até o século XVIII havia muita falta de conhecimento sobre as questões relacionadas à deficiência, na maioria das vezes, essa obscuridade relacionada ao assunto estavam muito próximas da religião e do misticismo. Mazzota (2001), afirma que as pessoas com deficiência muitas vezes eram negligenciadas pela sociedade, que entendia essas pessoas como incapazes, deixando de oferecer os serviços essenciais para que pudessem ter uma vida mais confortável.

Mazzota (2001) destaca que, os valores em torno das pessoas com deficiência despontava como algo primordial para ser entendido e estudado tanto a nível educacional como social, desse modo havia necessidade de levantar questões que pudessem interrogar as situações relacionadas às pessoas com necessidades especiais. Assim, ao voltar o olhar para a educação especial em nosso país, observamos muitas vezes alguns atrasos quanto à inserção de políticas voltadas para a área de inclusão.

Foi a partir do século XX que no Brasil começaram a aparecer iniciativas para desenvolver serviços visando o atendimento às pessoas com deficiência. Desta maneira, segundo Mazzotta (2001), começou um novo olhar quanto à inclusão das pessoas com deficiências no espaço escolar. A educação especial, na política educacional brasileira começou a tornar-se uma preocupação maior a partir dos anos sessenta do século XX.

Para Drago (2014) a expectativa de pensar a educação especial e inclusiva necessita ter em mente o trajeto percorrido até então sobre a inclusão das pessoas com necessidades especiais em instituições próprias e depois na escola de ensino regular. Nesse sentido, é concernente ter em mente que a educação especial precisa ser:

(...) colocada como compromisso ético-político, que implica em garantir direito à educação, pela via da democratização e da universalização do acesso às escolas com qualidade de ensino, capazes de assegurar o desenvolvimento das possibilidades de todos os alunos. (PRIETO, 2010, p. 17)

Prieto (2010) enaltece que o termo educação especial deve ser utilizado para refletir uma forma de educação escolar como preceitua a Resolução 2 (BRASIL, 2001). Essa Resolução estabelece as diretrizes nacionais para regular a modalidade de educação especial na escola de ensino regular. Neste aspecto, pode-se destacar que um processo educativo nesta Resolução passou a ser:

(...) definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (BRASIL, 2001, p. 1)

Prieto (2010) encaminhou discussão sobre a educação especial buscando compreender as transformações que os gatilhos oficiais tendem a conotar a inclusão como uma forma de ultrapassar as concepções de educação de ensino regular, por entender que neste espaço todos devem ser incluídos tanto aqueles com necessidades específicas como os demais alunos.

É preciso compreender que a educação especial pode ser uma área de conhecimento recheada de potencialidades, pois o trabalho específico deve tratar de recursos e materiais bem como de metodologias necessárias para a inclusão dos alunos com necessidades específicas. Para Drago (2014), algumas versões teóricas confluindo para um entendimento, “(...) podem contribuir para que a criança deficiente assuma seu papel de cidadã de direitos” (DRAGO, 2014, p. 72).

O apontamento feito por Drago (2014) faz pensar sobre o fato de que muitas escolas criaram as classes especiais para receber os alunos com necessidades especiais, buscando separar os alunos tidos como normais, com a perspectiva de tornar as classes mais homogêneas. Essa ideia foi refutada, pois:

(...) esses espaços têm funcionado como uma forma segregacionista que tendem a encerrar o educando em sua deficiência, além de correrem o risco de serem

altamente excludentes pelo simples fato de transformar o mundo dessas pessoas em um círculo fechado de necessidade. (DRAGO, 2014, p. 74)

Deste modo, assim como outras necessidades especiais, os alunos com Síndrome de Cornélia de Lange necessitam que no processo inclusivo na escola se concretize as expectativas de uma educação que não seja desagregadora e excludente, mas possa incluir o aluno nas salas tipicamente do ensino regular, para que realmente possam ter direito a uma educação de qualidade com perspectivas didático-pedagógicas para sua inserção tanto no ambiente educativo quanto na sociedade.

2.4 Alunos com Cornélia de Lange no Ensino Regular

Para pensar a inclusão dos alunos com a Síndrome de Cornélia de Lange nas salas de ensino regular, o processo educacional precisa basear-se na atividade pessoal do aluno, e toda a experiência do professor deve estar amparada em orientar e buscar a participação desses alunos no espaço escolar, principalmente, na sala de aula.

Nesse contexto, é necessária a parceria entre aluno, professor, profissionais da escola e os pais ou responsáveis por esses alunos (FÁVERO et al., 2007). Neste intuito, é preciso pensar um currículo estruturado que possa despertar práticas condizentes com a realidade dos alunos com SCdL. Assim, observar um currículo nessa direção é missão dos envolvidos nas ações e atividades e, estas devem ser entendidas como “(...) vivas, existenciais, interativas e impactantes, por natureza. As práticas pedagógicas são aquelas que se organizam para concretizar determinadas expectativas educacionais” (FRANCO, 2016, p. 542).

Para atendimento às necessidades especiais para com os alunos com a SCdL, é preciso ver a concepção que deve estar no desenvolvimento da prática escolar, para que realmente os alunos sejam atendidos. Assim no ensino regular, necessita que sejam observadas práticas pedagógicas que possam atender as especificidades individuais buscando que “(...) a reflexão crítica sobre a prática se torne uma exigência da relação teoria/prática sem a qual a teoria pode ir virando blá-bláblá e a prática, ativismo” (FREIRE, 2014, p. 24). Assim,

Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos, que reconhece e valoriza as diferenças. Não podemos imaginar uma escola que trabalhe na perspectiva de formas, em uma fazer pedagógico padronizado

no qual a especificidade de cada sujeito não seja vista, entendida e respeitada. As escolas precisam se organizar e propor uma educação voltada para cada necessidade existente nos alunos com e sem deficiência. Assim, espera-se que a escola, ao abrir as portas para tais alunos, informe-se e oriente-se com profissionais da educação e da saúde sobre as especificidades e instrumentos adequados para que todo aluno encontre na escola um ambiente adequado, sem discriminações e que lhe proporcione o maior e melhor aprendizado possível (MANTOAN, 2003, p. 42)

Para tanto, é preciso que o professor tenha uma postura crítica ao dispor de práticas pedagógicas cotidianas que estejam no viés da concepção mediadora ligada ao manuseio da prática. Ou seja, o profissional deve estar atento para que no atendimento do estudante com SCdL sejam consideradas as escolhas relacionadas à manutenção da atenção dos alunos na sala de aula e à transposição das experiências e vivências educacionais do discente para além do espaço escolar. Nesse sentido, o docente deve estar atento às fragilidades apresentadas pelos portadores da Síndrome, como por exemplo, problemas gastrointestinais, adequação da alimentação, atenção à fala buscando dar sentido e mostrar clareza, concentração nas atividades e deficiência intelectual que, em diversas situações, dificulta o aprendizado dos conhecimentos.

As iniciativas pedagógicas não podem se restringir somente a escola, mas devem atingir o seio familiar, além de todos os outros contextos, pois, os portadores da SCdL por não terem uma aparência tão explícita de necessidade especial, muitas vezes, passam sem serem notadas ou diagnósticas com a Síndrome. Logo, essas iniciativas devem ser direcionadas para esclarecer, segundo Franco (2016), e culminar em práticas que possam estar no âmbito das práticas educativas, no planejamento docente, no detalhamento de recursos e nos materiais pedagógicos necessários para o atendimento aos alunos.

De acordo com Libâneo (2001), algumas práticas são somativas nesse processo, como as que são oferecidas em organizações profissionais, nos meios de comunicação e nas instituições normativas para grupos específicos que, muitas vezes, estão no âmbito da educação não formal. A escola necessita entender que mesmo tendo que incluir os alunos com necessidades especiais no ensino regular, elas precisam do apoio de outras instituições que possam dar amparo clínico, psicológico e social.

Congregando com essa vertente, Franco (2016), fala que a prática pedagógica precisa ir além da prática didática envolvendo as circunstâncias de formação. Também é necessário considerar que o professor – frente ao atendimento aos alunos com SCdL – precisa observar

espaços e tempos escolares, opções de organização do trabalho profissional – tanto do regente de sala como do profissional de atendimento educacional especializado –parcerias e formação continuada.

Desta feita, para Franco (2016), as práticas pedagógicas, principalmente no ensino regular, devem estar nas ações, nas atividades, nos exercícios, nas brincadeiras, no lazer e no fazer docente para que seja oferecido, no processo de aprendizagem dos alunos com SCdL, mecanismos que busquem o desenvolvimento do conhecimento e da autonomia. Nesse sentido, a ação do professor “(...) precisa reafirmar seu compromisso com a razão, com a busca da emancipação, da autonomia, da liberdade intelectual e da política” (LIBÂNEO, 2001, p. 18). Essas ações devem ser rotineiras, não cansativas, para que possam em todas as atividades planejadas pelo docente, serem pensadas e aplicadas para a realidade de cada aluno despertando novas possibilidades físicas, cognitivas motoras e emocionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentou algumas dificuldades quanto ao trabalho do professor junto a alunos portadores da Síndrome de Cornélia de Lange. Dificuldades que se apresentam não por falta de vontade da ação docente, mas pela carência do próprio sistema educacional, espaço e estrutura escolar, além da falta de conhecimento sobre as necessidades em torno da SCdL.

A proposta foi compreender o processo de inclusão de alunos com SCdL no ensino regular e, nesse diapasão, verificaram-se algumas situações em torno dos objetivos do estudo. Em primeiro lugar, é necessário considerar que os alunos com deficiência necessitam de um trabalho pedagógico que se importe com suas individualidades, procurando dotar estes das condições necessárias para o seu desenvolvimento social, afetivo, cognitivo e emocional. Nesse intento, vale destacar que no ensino regular, principalmente nos anos iniciais, as crianças se aperfeiçoam, à medida que atuação pedagógica oferece meios que os ajude nos aspectos motores e cognitivos, principalmente junto àqueles com condições sindrômicas ou com algum transtorno. Portanto, neste contexto, deve-se investir em ações pedagógicas para que se permita o acesso às formas que intensifiquem a prática, sempre com a intenção da conquista da autonomia do educando.

No que tange ao segundo objetivo, é fundamental que ocorra o apoio da família como estímulo externo ao esforço escolar para aprendizagem, o que vai gerar avanços e desenvolvimento. Nessa ótica, o desenvolvimento do aluno, se modifica, o que vai modificando a sua realidade educacional e social.

A realidade passa pelo fato que o aluno já vem com alguns conhecimentos prévios, mas é necessário a sua inclusão na escola e na relação entre os colegas, pois desse modo o indivíduo passa a entender um pouco das relações sociais. Assim, relacionando com outros, pelos veios da brincadeira e do lazer, estes vão vivendo as experiências, fazendo novos entendimentos e construindo novas realidades de acordo com o que estão sentindo e vivenciando.

Finalmente, quanto ao terceiro objetivo, percebeu-se que o trabalho junto aos alunos com Cornélia de Lange, necessita pensar uma escola inclusiva onde cada um é capaz de aprender respeitando seu tempo, seu espaço e suas formas de compreender. A escola precisa assim, além de garantir o acesso, proporcionar um trabalho que enxergue as possibilidades, valorizando saberes internos advindos de cada um.

Este estudo é apenas uma semente para que se possa entender um pouco sobre a inclusão de alunos com SCdL no ensino regular e recomenda-se que possam ser feitas outras investigações, principalmente no que se refere às práticas pedagógicas para o atendimento de sujeitos com a Síndrome, buscando relacionar teoria e prática. Além disso, outros estudos são necessários na abordagem da formação do professor que atende alunos com Síndrome de Cornélia de Lange, a fim de facilitar a atuação docente nas escolas de ensino regular.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **RESOLUÇÃO CNE/CEB No 2**, de 11 de setembro de 2001. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica, 2001.

COTONHOTO, L. A. O currículo como rede de encontros e diálogos para a inclusão da criança com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação na educação infantil. In: VICTOR, Sonia Lopes; DRAGO, Rogério; PANTALEÃO, Edson (Orgs.). **Educação especial no cenário educacional brasileiro**. São Carlos: Pedro & João editores, 2013.

DRAGO, R. **Inclusão na educação infantil**. Rio de Janeiro: 2. ed. Editora WAK, 2014.

FÁVERO, E. A.; PANTOJA, L. de M. P.; MANTOAN, M. T. E. (Org.). **Atendimento educacional especializado: aspectos legais e orientação pedagógica**. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007.

FERRARI, M. G.; DRAGO, R. **Síndrome Cornélia de Lange: Desafios e Superação a Partir dos Relatos Familiares**. VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL. Londrina de 2013.

FRANCO, M. A. R. S. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Revista Brasileira Estudos Pedagógicos**. (on-line), Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, set./dez. 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 49a edição – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

KLINE, A. D. et al. Diagnosis and management of Cornelia de Lange syndrome: first international consensus statement. **Nature Reviews Genetics**, v. 19, Springer Nature, 11 jul., 2018.

LANDGRAF, J. F. et al. Síndrome Cornélia de Lange: relato de dois casos com variabilidade clínica. Trabalho realizado no Núcleo de Estudos em Neuropediatria e Motricidade - Departamento de Fisioterapia da Universidade Federal de São Carlos. **Pediatria Moderna**, v. 46, n. 4, jul./ago. 2010.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos**. Educar, Curitiba, n. 17, p. 153-176. 2001. Editora da UFPR.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6ª edição, São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, G. A. & PINTO, R.L. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos**. São Paulo: Atlas, 2001.

MAZZOTTA, M. C. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2001.

MEDEIROS, J. B.; TOMASI, C. **Comunicação Científica**: normas técnicas para redação científica. São Paulo: Atlas, 2008.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

PRIETO, R.G. Política de educação especial no Brasil: evolução das garantias legais. In:

VICTOR, S. L.; DRAGO, R.; CHICON, J. F. (Org.). **A educação inclusiva de crianças, adolescentes, jovens e adultos: avanços e desafios**. Vitória:EDUFES, 2010.